

**RESPOSTAS A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 041/2026**

**OBJETO:** A concessão da implantação, operação, gestão, manutenção e realização dos investimentos necessários à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Andradás/MG, nos termos das características e especificações técnicas detalhadas no edital, contrato e respectivos anexos, para toda a área urbana da Sede do Município de Andradás-MG, os distritos Campestre e Gramineia e os aglomerados São José da Cachoeira e Bairro Óleo.

**A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, designada por meio do Decreto Municipal nº 3.442, de 12 de março de 2026, no uso de suas atribuições, apresenta as respostas ao esclarecimento 1 solicitado pelos interessados, em conformidade com o previsto no edital de concessão. O esclarecimento prestado integra o conteúdo do EDITAL como se nele estivesse transcrito:

<b>Número do esclarecimento</b>	<b>Item do Edital</b>	<b>Esclarecimento solicitado</b>	<b>Resposta</b>
<b>1</b>	<b>15.6 Quando a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO for prestada pela CONCESSIONÁRIA nas modalidades de seguro-garantia e fiança bancária, as seguintes exigências comuns deverão ser observadas: (i) a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá prever como beneficiários o CONCEDENTE; (ii) a GARANTIA DE EXECUÇÃO</b>	Com relação ao trecho relacionado a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO destacados em vermelho, primeiramente, se faz necessário esclarecer que as Seguradoras, respaldadas pelas Circulares Susep 662/22 e 621/21 e pela legislação vigente, especialmente o artigo 1º da Nova Lei de Seguros (Lei nº 15.040/2024), têm a prerrogativa de limitar seus riscos, desde que faça constar das Condições Contratuais da Apólice tais situações. Destacamos que o Seguro Garantia, por natureza, não abrange todos os riscos (não é all risks), sendo que as hipóteses que fogem ao escopo deste ramo ou da modalidade Concessionário Executante não estão cobertas pelo seguro. Portanto, mesmo que não estejam determinados previamente pela Susep ou por Lei, uma vez que nem a Autarquia e nem o Legislador conseguem antecipar e esgotar todas possibilidades de exclusão, e tampouco têm a obrigação de realizar a subscrição de riscos (uma competência exclusiva das Seguradoras), é necessária e inafastável a limitação de riscos pela Seguradora, sob pena de inviabilizar o funcionamento do mercado segurador, uma vez determinados riscos, como riscos nucleares, riscos decorrentes de atos de guerras, eventos catastróficos, riscos decorrentes de outros ramos de seguro ou	As apólices de seguro-garantia a serem contratadas deverão estar em conformidade com as disposições do Edital, abarcando todas as obrigações previstas, sendo admitidas apenas as exclusões de responsabilidades expressamente previstas na

<p>DO CONTRATO não poderá conter qualquer tipo de ressalva ou condição que possa dificultar ou impedir sua execução ou que possa pôr em dúvida a sua firmeza, de modo que o CONCEDEnte possa executá-la sem qualquer embaraço ou dificuldade, observadas as condições previstas neste CONTRATO, admitidas apenas as excluídas expressamente previstas na legislação e na regulamentação vigentes, sobretudo a normatização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; e (iii) a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deverá ter vigência mínima de 12 (doze) meses, contada da sua constituição, sendo de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA mantê-la em plena vigência, de forma ininterrupta, no prazo previsto na Cláusula 15.1, devendo a CONCESSIONÁRIA, para tanto, promover as renovações e atualizações que se fizerem necessárias na GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.</p>	<p>modalidades de seguro garantia, dentre outros, não podem ser cobertos, inclusive por limitação de resseguradores.</p> <p>Sendo assim, para ausência de dúvida, solicita-se a confirmação pelo Poder Concedente de que as cláusulas de riscos excluídos elencadas abaixo serão aceitas nas apólices de seguro garantia para GARANTIA DE EXECUÇÃO:</p> <p><b>“RISCOS EXCLUÍDOS</b></p> <p>x.x. Não estão incluídos na cobertura quaisquer prejuízos ocasionados direta ou indiretamente e ocorridos em consequência de:</p> <p>a) não cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, salvo se expressamente contratada respectiva cobertura adicional;</p> <p>b) riscos cobertos ou que deveriam estar cobertos por outros ramos ou modalidades de seguro, tais como, mas não se limitando a seguro de responsabilidade civil, lucros cessantes e eventos e riscos de natureza ambiental, cujas Apólices estejam emitidas ou não;</p> <p>c) eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;</p> <p>d) inadimplência de obrigações do Contrato de Concessão que não sejam de responsabilidade do Tomador;</p> <p>e) penalidades decorrentes do atraso do Tomador na apresentação desta Apólice e seus Endossos, ou da inadequação da Apólice para garantia do Contrato de Concessão;</p> <p>f) valores de Outorga correspondente a períodos anteriores à data de emissão da Apólice;</p> <p>g) atos de terrorismo, conforme definido por legislação ou regulamentação aplicável;</p> <p>h) atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, bem como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país por meio de atos de terrorismo, guerra, revolução, subversão e guerrilhas;</p> <p>i) quaisquer perdas, destruição ou danos, de quaisquer bens materiais, prejuízos e despesas emergentes ou consequentes de qualquer forma de radiação, contaminação, resíduo ou fissão, incluindo, mas não se limitando, às nucleares e ionizantes;</p> <p>j) obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas no Objeto da presente Apólice;</p> <p>k) não cumprimento de obrigações fiscais e tributárias;</p> <p>l) prejuízos causados por roubo, furto, estelionato, apropriação indébita ou quaisquer crimes praticados pelo Tomador, por seus funcionários e/ou prepostos;</p> <p>m) quaisquer prejuízos decorrentes da alteração de forma relevante da obrigação garantida por esta Apólice que tenha sido acordada entre Segurado e Tomador, sem prévia comunicação e expressa anuência da Seguradora, por meio da emissão de Endosso, desde que tal alteração resulte em agravamento do risco, e, concomitantemente, tenha relação com a ocorrência do Sinistro;</p> <p>n) o pagamento ou liberação financeira a maior pelo Segurado em benefício do Tomador;</p> <p>o) eventos, obras ou serviços não estipulados no Contrato de Concessão, conforme constante no momento da subscrição de risco pela Seguradora, assim como todos os eventos, obras ou serviços correspondentes à manutenção, refazimento, qualidade ou garantia técnica do objeto do Contrato de Concessão;</p> <p>p) refazimento da obra em decorrência de vícios, defeitos ou qualidade da obra ou serviço realizado pelo Tomador e que tenham sido aceitos e pagos pelo Segurado;</p> <p>q) refazimento da obrigação garantida decorrente de alteração de projeto ou escopo;</p>	<p>regulação setorial aplicável, em especial na Circular SUSEP nº 662/2022.</p>
---	--	---



		<p>r) impacto decorrente de insuficiência ou deficiência de material e/ou serviços do orçamento elaborado ou aprovado pelo Segurado na ocasião de sua contratação;</p> <p>s) obtenção das licenças necessárias à execução e conclusão do objeto desta garantia e se, por quaisquer motivos, alheios à vontade do Tomador, o(s) órgão(s) competente(s) para conceder a(s) licença(s) requerida(s), não o fizer(em) e/ou negá-la(s), tais atos não serão motivo(s) para execução desta Apólice, ficando a Seguradora isenta de qualquer responsabilidade de indenização;</p> <p>t) violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes, e beneficiário, se houver;</p> <p>u) danos acordados, assim entendidos como as perdas previamente estipuladas no Contrato de Concessão para hipóteses de inadimplência do Tomador, tais como compensações, indenizações, perdas e danos etc.;</p> <p>v) quaisquer das hipóteses previstas no art. 99 e/ou 102 da Lei 14.133/2021.”</p>	
--	--	--	--

Andradas, Minas Gerais, 10 de abril de 2026.

  
 Marcelo Prêzia Moura  
 Presidente da Comissão julgadora de licitações